
Caciques Kayapós

Foto: Valter Campanato, Agência Brasil (ABr)

Índios Kaiapó lutam para preservar suas terras do garimpo ilegal de ouro

DATA DE EDIÇÃO
16/01/2013

MUNICÍPIOS
-

LATITUDE
-6,07074

LONGITUDE
-49,9043

SÍNTESE

As Terras Indígenas da etnia Kayapó localizam-se na região conhecida como "Arco do Desmatamento", no sul do estado do Pará e norte do Mato Grosso. Apesar dos impactos socioambientais causados pelo garimpo de ouro realizado de forma ilegal em suas terras, os índios Kaiapó vêm conseguindo preservar sua cultura e atividades tradicionais. Para tanto, contam com o apoio de várias entidades.

APRESENTAÇÃO DE CASO

As Terras Indígenas (TI) da etnia Kayapó localizam-se na região conhecida como "Arco do Desmatamento", no sul do estado do Pará e norte do Mato Grosso. Ocupam cerca de 13 milhões de hectares. Enquanto fora de seus territórios a vegetação original foi bastante alterada devido às atividades madeireiras, de pecuária e agricultura extensiva, nas TI Kayapó, ainda estão as florestas e cerrados mais bem preservados da região (CI-BRASIL, 2003).

A comunidade indígena Kayapó ou Caiapó subdivide-se em 14 grupos, dentre eles: Gorotire, Xikrin do Cateté, Xikrin do Bacajá, A'Ukre, Kararaô, Kikretum, Metuktire (Txu-kurramãe), Kokraimoro, Kubenkran-kén e Mekragnotí. Acredita-se que pelo menos três desses grupos nunca tenham tido contato com o restante da sociedade brasileira (VERDE; FERNANDES, 2009).

Devido às pressões causadas pelos não indígenas, os grupos Kaiapó realizaram, ao longo da história de colonização amazônica, constante fluxo migratório, embrenhando-se nas matas para fugir das doenças e da ambição sobre as riquezas naturais de suas terras, em especial os recursos minerais. Vale ressaltar, no entanto, que os Kayapó divergiam entre si na questão do contato com o homem branco: um grupo era contra, e outro, a favor, acreditando numa possível relação harmoniosa (VERDE; FERNANDES, 2009).



Operação da Polícia Federal apreende ouro extraído ilegalmente de áreas indígenas

Foto: Divulgação-Polícia Federal

A divisão entre os Kayapó ocorreu ainda no século XVIII. O grupo original não migrou da região Pau d'Arco, afluente do rio Araguaia, enquanto que o grupo denominado Poke-kru (ancestrais dos atuais Xikrin) se deslocou para a região norte, onde se encontram os rios Parauapebas e Itacaiúnas. Posteriormente, os Poke-kru sofreram nova separação, originando as comunidades Kokorekré e Put- Karôt. A primeira, que permanece nas proximidades do rio Parauapebas, promoveu aproximação com a cultura do homem branco, realizando um sistema de trocas com não indígenas que acabou lhe rendendo doenças desconhecidas, dentre outros danos (VERDE; FERNANDES, 2009).

No ciclo econômico da borracha, a relação dos índios Put-Karôt com o homem branco foi deteriorada, fazendo com que migrassem para as cabeceiras do Itacaiúnas. Na nova aldeia, um grupo reduzido dos Kokorekré se uniu aos Put-Karôt. O último deslocamento realizado pelos Put-Karôt teve como

destino a região do rio Bacajá, por volta de 1926 (VERDE; FERNANDES, 2009).

Os Xikrin do Catete se comunicaram pela primeira vez com não índios em agosto de 1952, numa região próxima à vila de Conceição do Araguaia. Já os Xikrin do Bacajá estabeleceram primeiro contato com o homem branco apenas em novembro de 1959, sendo vitimados por doenças que se alastravam como epidemias entre seu povo nativo (VERDE; FERNANDES, 2009).

Hoje em dia, no território paraense, os Xikrin ocupam duas Tis, ambas homologadas e registradas: TI Catete e TI Trincheira Bacajá. Os Xikrin do Catete habitam área de terra firme, que não sofre alagamento durante a época das cheias dos rios, com uma vegetação tipicamente tropical, conhecida como mata de cipó. Localizam-se no interior da jurisdição do município de Parauapebas, próximo à zona urbanizada de Carajás, uma das maiores províncias minerais do mundo, o que os coloca em constantes conflitos, em especial com a Vale, que adquiriu a exclusividade de explorar minério de ferro, ouro e manganês no local, em 1981, dando início ao Projeto Ferro Carajás (VERDE; FERNANDES, 2009).



Operação Soberania desativou serrarias clandestinas que operavam próximo a TI Kayapó (PA)

A exploração de recursos nas TI Kaiapó ganhou impulso em 1980. Fazendeiros, colonos, madeireiros, garimpeiros e especuladores de terra, incentivados pela construção de estradas começaram a invadir as terras indígenas (SCHWARTZMAN; ZIMMERMAN, 2005), com a abertura de fazendas, seguida da exploração de ouro a céu aberto (garimpos) e da exploração madeireira, atividade esta intensificada a partir da década de 1990 (MACHADO, 2012). Por sua vez, o governo não fez cumprir as leis que protegem as terras indígenas de invasão, usurpação e extração de recursos de terceiros (SCHWARTZMAN; ZIMMERMAN, 2005).

A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 231°, assegura direitos aos povos indígenas, dentre eles o direito às terras que tradicionalmente ocupam. Embora sejam propriedades do governo federal, ficaram estabelecidos a ocupação permanente e os direitos exclusivos de usufruto ao povo indígena, com exceção aos direitos minerais e hídricos, que permanecem sob o controle governamental. No entanto, a extração de recurso nas áreas indígenas é, em geral, conduzida de forma não regulamentada, e até mesmo de modo ilegal (SCHWARTZMAN; ZIMMERMAN, 2005).

No final da década de 1980 e início da seguinte, os chefes Kayapós começaram a permitir concessões a exploradores de mogno e garimpeiros em troca de dinheiro (SCHWARTZMAN; ZIMMERMAN, 2005). “Ironicamente, o corte ilegal de mogno contribuiu para a persistência da floresta no sudeste da Amazônia – os Kayapós investiram parte do dinheiro na proteção de suas terras” (SCHWARTZMAN; ZIMMERMAN, 2005, p. 167).

O envolvimento com as atividades garimpeira e madeireira acabou por gerar, no entanto, um quadro de conflitos e desunião entre os indígenas, além de progressivo distanciamento das atividades produtivas tradicionais e dependência de alimentos oriundos das cidades (MACHADO, 2012).

Na tentativa de proporcionar uma alternativa econômica à venda do mogno, em 1992, a Conservação Internacional (CI-Brasil) começou a trabalhar com os Kayapós na comunidade A'Ukre, uma estação de pesquisa ecológica e reserva biológica, que atrai pesquisadores por ser intacta e com uma extensa variedade de espécies. As atividades de pesquisa na comunidade vêm gerando benefícios diretos, na forma de taxas de uso público, emprego, treinamento, apoio técnico e administrativo no ambiente externo (SCHWARTZMAN; ZIMMERMAN, 2005).

Reconhecendo os benefícios, a comunidade A'Ukre optou por manter uma reserva de pesquisa ecológica, com 8 mil ha com mogno, em vez de continuar a vender a madeira para ganhos a curto prazo (ZIMMERMAN et al., 2001 apud SCHWARTZMAN; ZIMMERMAN, 2005).

Quando o garimpo e o corte de mogno em suas terras foram interrompidos, os Kayapós começaram a organizar associações para ter acesso aos itens de primeira necessidade da comunidade. A Conservação Internacional fornece apoio técnico, administrativo e financeiro para implantação de projetos das duas principais ONGs Kaiapós: Associação Floresta Protegida (AFP), no estado do Pará, e Instituto Raoni (IR), no Mato Grosso. Ambas as organizações realizam vigilância territorial, projetos de desenvolvimento e conservação com recursos obtidos principalmente da CI-Brasil, em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai) (SCHWARTZMAN; ZIMMERMAN, 2005).

Sendo assim, juntos, CI-Brasil, Instituto Raoni, Associação Floresta Protegida e Funai desenvolvem várias iniciativas para fornecer alternativas econômicas sustentáveis às comunidades Kayapó para que possam fazer frente às atividades de maior impacto ambiental em suas terras, como a exploração madeireira e o garimpo (CI-BRASIL, 2003).

Atualmente, a presença de grandes empreendimentos em curso na região (hidroelétricas, mineração e abertura de

estradas), e a decorrente entrada de recursos de compensação, tem exigido novas estratégias para garantir a autonomia indígena e a valorização de suas atividades produtivas tradicionais (MACHADO, 2012).



Operação Soberania desativa garimpo ilegal de ouro próximo a TI Kayapó (PA)

Para que ações de fiscalização em terras indígenas e em áreas do entorno sejam efetivas, vêm sendo estabelecidas parcerias locais. Desta forma, a Coordenação Regional da Funai em Tucumã tem buscado ampliar as relações com parceiros, colaboradores e protetores do meio ambiente (CR TUCUMÃ, 2012).

Além da fiscalização realizada no interior das terras, o seu entorno é considerado área de amortecimento e tratado de maneira diferenciada, pois são locais onde, em geral, ocorre todo o suporte logístico das atividades ilegais e onde as informações de ilícitos são coletadas (CR TUCUMÃ, 2012).

A ideia das ações integradas de fiscalização é também incentivar novas estratégias de prevenção de ilícitos através de ações de conscientização, além da realização de projetos de recuperação de áreas degradadas e apoio à realização de atividades produtivas. Como resultado final, espera-se atingir uma gestão integrada do território indígena, contribuindo para a execução da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PNGATI) nos municípios onde se encontram as terras indígenas sob jurisdição da CR de Tucumã, no Pará (CR TUCUMÃ, 2012).

No início de junho de 2012, uma equipe do Serviço de Gestão Ambiental e Territorial da Coordenação Regional da Funai em Tucumã começou a investigar a logística usada na atividade ilegal de garimpo no interior de terras indígenas da região. Monitorou a mobilização, no município de São Félix do Xingu (PA), de garimpeiros que pretendiam invadir a TI Kayapó para desenvolver atividade clandestina nas proximidades da aldeia Gorotire (CR TUCUMÃ, 2012).

No dia 21 de junho, a equipe apreendeu uma balsa carregada com escavadeira hidráulica; trator com carreta; sete motores com bombas de sucção acopladas; 15 mil litros de óleo diesel; barco de alumínio com motor de popa; gêneros alimentícios; e materiais diversos utilizados no garimpo ilegal de ouro na TI Kaiapó. O objetivo inicial do grupo cujos equipamentos foram apreendidos era deslocar-se até a localidade denominada garimpo Santilli, no interior da TI (CR TUCUMÃ, 2012).

Os garimpeiros pretendiam garimpar por seis meses. Durante a apreensão, estavam presentes dois índios da aldeia Gorotire que, de acordo com relatos, foram contratados para acompanhar o transporte dos maquinários em troca de mil reais, quantia que, segundo eles, seria repartida entre os membros da família (CR TUCUMÃ, 2012).

As pessoas e os materiais apreendidos foram conduzidos até a cidade de São Félix do Xingu e apresentados à Polícia Federal. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Saneamento (Semas) de São Félix do Xingu realizou o termo de apreensão de todos os equipamentos, maquinários e combustível, que ficaram sob a responsabilidade da prefeitura (CR TUCUMÃ, 2012).

Também em junho de 2012, agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) apreenderam 19 bombas-hidráulicas, usadas na extração ilegal de ouro, e meio quilo de mercúrio, nas proximidades da TI Kayapó, em Cumaru do Norte (PA). A apreensão foi feita durante a operação Soberania, e o responsável pela atividade irregular foi multado em R$ 378 mil e teve a propriedade embargada pelo instituto. Além da desativação do garimpo ilegal de ouro, foram flagradas também duas serrarias clandestinas a 10 km da reserva indígena (G1, 2012).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

O recorte geográfico do estudo acerca dos índios Kaiapó e do garimpo ilegal de ouro, abarcando os estados do Pará e do Mato Grosso, corresponde aos municípios de São Félix do Xingu (latitude 6°38'29''S e longitude 51°58'44''W) e Parauapebas (latitude 6°4'15''S e longitude 49°54'15''W).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CI-BRASIL. Amazônia. Projeto Kayapó, 2003. Disponível em: http://www.conservation.org.br/onde/amazonia/index.php?id=137. Acesso em: 09 out. 2012.

CR TUCUMÃ. Funai Tucumã - PA apreende equipamentos de garimpo ilegal, 31 jul. 2012. Disponível em:

http://crtucuma.blogspot.com.br/2012/07/funai-tucuma-pa-apreende-equipamentos.html. Acesso em: 10 out. 2012.

G1. Ibama desativa garimpo ilegal de ouro próximo a reserva Kayapó, no Pará. G1, 24 jun. 2012. Disponível em: http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2012/06/ibama-desativa-garimpo-ilegal-de-ouro-proximo-reserva-kayapo-no-para.html. Acesso em: 09 out. 2012.

MACHADO, Altino. PA: Índios promovem feira de sementes por manutenção da agrobiodiversidade amazônica. Terra Magazine, set. 2012. Disponível em: http://terramagazine.terra.com.br/blogdaamazonia/blog/2012/09/03/pa-indios-promovem-feira-de-sementes-por-manutencao-da-agrobiodiversidade-amazonica/. Acesso em: 09 out. 2012.

SCHWARTZMAN, Stephan; ZIMMERMAN Barbara. Alianças de conservação com povos indígenas da Amazônia. Megadiversidade, v. 1, n. 1, jul. 2005. Disponível em: http://www.conservacao.org/publicacoes/files/22_Schwartzman_Zimmerman.pdf

. Acesso em: 11 out. 2012.
VERDE, Rodrigo Braga da Rocha Villa; FERNANDES, Francisco Rego Chaves. Povos indígenas de Carajás: conflito que vale ouro e sangue no município de Parauapebas (PA), 2009. Disponível em: http://www2.cetem.gov.br/aquarios/documentos/2009/x_conf_geo_PUC/X_Conf_Geo_PUC_Rodrigo_Villa_Verde.pdf. Acesso em: 11 out. 2012.